

# Índios e lavradores poderão unir-se para fazer bloqueio

Os índios Gaviões e os lavradores que ocupam parte da reserva Mãe Maria, em Marabá, poderão unir-se, pela primeira vez, para bloquear a ferrovia Carajás-Ponta da Madeira, através da qual é escoada a produção da província mineral de Carajás. Os dois grupos estão dispostos a recorrer ao bloqueio como forma de pressionar o governo a resolver o impasse que perdura há mais de quatro anos, conforme advertiram em telegrama encaminhado na segunda-feira ao ministro da Reforma-Agrária, Dante de Oliveira.

Os índios, que habitam uma reserva localizada 30 quilômetros ao norte de Marabá, vêm tentando inutilmente retirar do interior de sua reserva lavradores nela assentados pelo próprio Getat (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) ou que nela penetram em seguida, estimulados por esse assentamento. Várias reuniões foram realizadas e promessas repetidas, mas providências práticas não chegaram a ser adotadas.

Os colonos assentados pelo Getat serão remanejados para uma área contígua, do castanhal Mãe Maria, cujo processo de desapropriação já está em Brasília, aguardando o parecer do procurador-geral do MIRAD. Os outros ocupantes serão transferidos para outras duas propriedades selecionadas pelo Getat: os castanhais Ubá e Arraias. A desapropriação do Ubá é mais complicada por tratar-se de uma empresa rural cadastrada e, por isso, protegida pelo Estatuto da Terra. Já o castanhal Arraias, com aproximadamente seis mil hectares, pode ser desapropriado: o processo foi formado, mas estava aguardando novas informações de campo para ser concluído.

Tanto os índios como os posseiros não que-

rem esperar mais tempo pela tramitação rotineira dos processos. Para os lavradores, a pressa visa resguardar o ano agrícola, pois do contrário perderão duas safras. Para os Gaviões, parece ter estourado o limite de paciência e credibilidade. No telegrama, eles não fixaram um prazo para que o governo resolva o problema, mas deixaram bem claro que estão querendo resposta urgente. Do contrário, bloquearão o tráfego na ferrovia, que tem 870 quilômetros de extensão e é administrada pela Companhia Vale do Rio Doce. Só de minério de ferro, por ela deverão passar neste ano 15 milhões de toneladas, que, com a exportação, renderão 300 milhões de dólares. Mas outros minérios também a usarão como via de transporte, além da carga geral e dos passageiros.

O presidente do Getat, Ronaldo Barata, assegurou, ontem, que as providências serão aceleradas para que os decretos de desapropriação possam ser logo assinados pelo presidente da República. Isto poderá ocorrer logo em relação aos castanhais Mãe Maria e Arraias, Amanhã Barata vai conversar em Marabá com as partes envolvidas, esperando remeter os processos na próxima semana para Brasília.

Além do problema com os invasores, os Gaviões têm outras pendências que querem resolver e pensam igualmente em recorrer ao bloqueio da ferrovia, que passa por dentro de sua reserva, como meio de pressão. Uma dessas questões refere-se à energia: pela segunda vez a reserva será cortada por uma linha de transmissão de energia em alta voltagem. No acordo com a Eletronorte, que construiu a primeira linha derivada da hidrelétrica de Tucuruí, os índios pediram o fornecimento gratuito de energia

à comunidade. Não tendo sido atendidos, eles decidiram cobrar uma indenização de 56 milhões de cruzados para permitir a passagem da segunda linha. Com o dinheiro, dizem que poderão pagar à Celpa para instalar e fornecer energia.

A segunda exigência da comunidade é que a Companhia Vale do Rio Doce transfira para o nome da comunidade a quantia depositada em conta vinculada, em Marabá, como indenização pela passagem da ferrovia. Aplicada em caderneta de poupança, a indenização rendia juros para os índios. Mas com o Plano Cruzado esses rendimentos se tornaram insuficientes e eles querem, agora, poder sacar livremente o dinheiro desvinculando-o da CVRD.

Uma terceira exigência é no sentido de prorrogar o convênio entre CVRD, Banco Mundial e Funai, visando dar assistência às comunidades indígenas que moram ao longo da área de influência da ferrovia de Carajás. Os Gaviões querem que o convênio, previsto inicialmente para cinco anos, prossiga por mais 15, "pois o prazo de vigência do mesmo e suas respectivas programações não foram suficientes para nos tornarmos social e economicamente desenvolvidos", como dizem num documento encaminhado aos órgãos do convênio.

Os índios dizem estar certos de que a ferrovia "ficará eternamente em nossas terras, por onde passará uma riqueza incalculável e para nós, no entanto, foi dado um simples agrado, que logo chegou ao fim". Pedem esclarecimento "se seremos novamente beneficiados com uma renovação do projeto, pois, caso contrário, iremos definitivamente tomar algumas medidas que poderão prejudicar o andamento do grande Projeto Caraiás".